

ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.

CLPQ 03/DOP/22

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

“VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ADSA”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

JULHO 2022

ÍNDICE

1.	TIPO DE PROCEDIMENTO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO.....	3
3.	ENTIDADE ADJUDICANTE.....	3
4.	ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
5.	ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.....	3
6.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	3
7.	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
8.	MODELO DE QUALIFICAÇÃO.....	5
9.	REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.....	5
10.	REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA	6
11.	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A CANDIDATURA.....	6
12.	ASSINATURAS	7
13.	IDIOMA	7
14.	MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	7
15.	PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	7
16.	PRAZO PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO.....	7
17.	LEILÃO ELETRÓNICO	7
18.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	7
19.	POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO	8
20.	CONTRATO RESERVADO	8
21.	DESPESAS.....	8
22.	PREVALÊNCIA	8
23.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	8
24.	ANEXOS.....	8

1. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso limitado por prévia qualificação ao abrigo da alínea a) do n.º I do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

O presente procedimento integra as seguintes fases:

- a) Apresentação de candidaturas e qualificação de candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

Concurso limitado por prévia qualificação n.º CLPQ 03/DOP/22 - aquisição de serviços de vigilância das instalações da AdSA, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a “AdSA - Águas de Santo André, S.A.”, de agora em diante designada por AdSA, titular do NIPC n.º 505 600 005, com sede na Cerca da Água, Rua dos Cravos, 7500-130 Vila Nova de Santo André e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

- Cerca da Água, Rua dos Cravos, 7500-130 Vila Nova de Santo André
- Telefone: +351 269 708 240
- Fax: +351 269 708 269
- Correio eletrónico: geral.adsa@adp.pt
- Plataforma eletrónica de contratação pública: <http://www.acingov.pt>

4. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A deliberação de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração em 01.07.2022.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos do artigo 81º do CCP, o adjudicatário terá de apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (**Anexo II** ao programa do procedimento);

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Alvará A, nos termos do disposto no art. 14º, nº 2, al. a), da Lei nº 34/2013, de 16 de maio, na redação dada pela Lei nº 46/2019, de 08 de julho e da Portaria nº 273/2013, de 20 de agosto, na redação atual, nomeadamente, do Anexo III;
- d) Título profissional do diretor de segurança (art. 18º da Portaria nº 273/2013, de 20 de agosto, e art. 20º da Lei nº 34/2013, de 16 de maio, na redação dada pela Lei nº 46/2019, de 08 de julho);
- e) Declaração de compromisso de honra, de que estão preenchidos os requisitos do art. 22º, da Lei nº 34/2013, de 16 de maio, na redação dada pela Lei nº 46/2019, de 08 de julho, relativamente aos administradores/gerentes/todos os funcionários com funções de direção;
- f) Declaração de compromisso de honra, de que estão preenchidos os requisitos do art. 22º, nº 2 e nº 7, da Lei nº 34/2013, de 16 de maio, na redação dada pela Lei nº 46/2019, de 08 de julho, relativamente ao pessoal de vigilância a afetar à prestação do serviço;
- g) Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante da empresa, que mencione o cumprimento das obrigações legais, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados, conforme modelo constante do **Anexo I** do presente programa;
- h) Cópia das apólices de seguro para acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente aos vigilantes que o adjudicatário vai afetar à execução do contrato;
- i) Cópia das apólices de seguro de responsabilidade civil, por factos ilícitos e pelo risco, relativamente aos vigilantes que o adjudicatário vai afetar à execução do contrato;
- j) Declaração de Subscrição da Política Empresarial da Entidade Adjudicante, conforme modelo constante do **Anexo III** do presente programa;
- k) Declaração de Aceitação dos Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial, conforme modelo constante do **Anexo IV** do presente programa;
- l) Declaração de Compromisso da Responsabilidade Social, conforme modelo constante do **Anexo V** do presente programa;
- m) Declaração de Compromisso no âmbito da Segurança, conforme modelo constante do **Anexo VI** do presente programa.

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada no ponto nº 3.

7. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta, que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do nº 2 do referido artigo.

8. MODELO DE QUALIFICAÇÃO

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos previstos no artigo 179º do CCP.

No caso de os candidatos serem agrupamentos, aplica-se o disposto no artigo 182º do CCP.

Os candidatos qualificados passam, em condições de igualdade, à fase da apresentação das propostas.

9. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Para o efeito, os candidatos devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos de capacidade técnica, devendo para o efeito proceder à apresentação dos documentos constantes do nº 11º do presente programa:

Experiência curricular, recursos humanos, tecnológicos, de equipamentos e outros:

- a) Ter uma atividade e objeto social diretamente relacionados com a prestação de serviços de vigilância de bem móveis, imóveis, e proteção pessoal, nomeadamente, a prestação de serviços de segurança privada e vigilância de infraestruturas;
- b) Ter prestado nos últimos 5 (cinco) anos, serviços de vigilância de infraestruturas,

no mínimo a 4 (quatro) clientes, cada um dos clientes com um valor de contrato anual mínimo de 100.000,00€ (cem mil euros);

- c) Comprovar a titularidade de alvará para o exercício da atividade de segurança privada, previsto na alínea a), do n.º 1 do Artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

Sistema de controlo de qualidade – apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma NP EN ISO 9001, ou equivalente, que corresponda à atividade objeto do presente procedimento.

10. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Para efeitos de fixação do requisito mínimo de capacidade financeira, a satisfazer pelos candidatos, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$V \leq R$$

em que:

V = preço base (270.000,00€)

R = valor médio do EBITDA relativo aos últimos 3 (três) exercícios encerrados contabilisticamente

Exclusivamente para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 179.º do CCP, considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira a verificação de qualquer das situações descritas no n.º 3 do mesmo artigo.

11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A CANDIDATURA

A candidatura é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, utilizando para o efeito o ficheiro XML disponibilizado com o Programa do Procedimento;
- b) Declaração IES – Informação Empresarial Simplificada, relativa aos 3 (três) últimos exercícios concluídos, ou, em alternativa a declaração bancária de acordo com o modelo constante do Anexo VI ao CCP;
- c) Declarações abonatórias, emitidas por cada cliente final destinatário da prestação de serviços, a quem o candidato tenha prestado serviços de vigilância de bens móveis, imóveis e, na qual conste a identificação das partes, objeto social da entidade emissora da declaração, data do início do contrato, sua duração e data do seu termo, valor anual ou total do contrato e a descrição sumária das funções desempenhadas;

- d) Cópia dos certificados referentes à Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (Norma ISO 9001, ou equivalente);
- e) Cópia da certidão permanente ou código de acesso.

12. ASSINATURAS

Nos termos do n.º 2 do artigo 168.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica têm de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

13. IDIOMA

Os documentos que constituem a candidatura são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos destinados à qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Os documentos que constituem a candidatura devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada no ponto n.º 3.

15. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas devem ser apresentadas até às **18:00 de 11 de agosto de 2022**.

16. PRAZO PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO

O prazo máximo para a decisão de qualificação é de 44 (quarente e quatro) dias, após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

17. LEILÃO ELETRÓNICO

As propostas não serão objeto de leilão eletrónico.

18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade de avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas será privilegiada a proposta que apresente o valor mais elevado no item “**Incremento de remuneração por trabalho noturno/mês**” (Anexo III do convite).

Se ainda assim o empate subsistir, será privilegiada a proposta que apresente, também, o valor **mais elevado** para o item “**Incremento de remuneração do trabalho em dia de feriado**” (Anexo III do convite).

19. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO

Quando, e se for o caso, fica salvaguardada a possibilidade de adoção de um ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) do n.º I do artigo 27.º do CCP.

20. CONTRATO RESERVADO

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54.º-A e 250.º-D.

21. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de candidaturas e de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos candidatos, concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

22. PREVALÊNCIA

As normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do concurso, aplica-se o disposto no CCP.

24. ANEXOS

ANEXO I – Modelo de declaração relativamente a trabalhadores imigrantes

ANEXO II – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

ANEXO III – Declaração de Subscrição da Política Empresarial

ANEXO IV – Declaração de Aceitação dos Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial

ANEXO V – Declaração de Compromisso da Responsabilidade Social

ANEXO VI – Declaração de Compromisso no âmbito da Segurança

ANEXO I

[Modelo de declaração a que se refere a alínea h) do n.º 6 do programa do procedimento]

[identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade ou do agrupamento]* depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de *[designação ou referência ao procedimento em causa]* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados.

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO II

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 6 do programa do procedimento]

(Artigo 81º, nº 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

ANEXO III

[Modelo de declaração a que se refere a alínea j) do nº 6 do programa do procedimento]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede] após terem tomado completo conhecimento da Política Empresarial da **Águas de Santo André, S.A.**, formalizam, desde já, a intenção de, em caso de adjudicação, subscreverem a Política Empresarial, disponível no website da **Águas de Santo André, S.A.**, através do link <http://www.adsa.pt/gestao-da-melhoria/politica-sre>, e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO IV

[Modelo de declaração a que se refere a alínea k) do nº 6 do programa do procedimento]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que teve conhecimento dos Requisitos do SSE para aquisição de Bens e Serviços, disponível no website da Águas de Santo André, S.A., através do link http://www.adsa.pt/contents/documents/req-aquisicao-bens-e-servicos_sse.pdf, pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos:

- Cumprir os procedimentos constantes no referido documento, bem como divulgá-los por todos os colaboradores da empresa e demais entidades a atuar em sua representação;
- Partilhar a Política Empresarial;
- Disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO V

[Modelo de declaração a que se refere a alínea I) do nº 6 do programa do procedimento]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

1. Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
2. Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
3. Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde;
4. Não coloca qualquer objeção à associação dos colaboradores a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
5. Não realiza qualquer tipo de discriminação e respeita todos os direitos e práticas associadas à raça, classe social, nacionalidade, religião, sexo, idade, orientação sexual, associação a sindicato, filiação política;
6. Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
7. Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal;
8. Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho;
9. Assegura que a composição dos salários e benefícios seja clara para os colaboradores;
10. Define as necessárias orientações internas que permitam dar cumprimento aos princípios aqui estabelecidos e divulga este compromisso aos seus colaboradores e demais entidades a atuar em sua representação;
11. Compromete-se a implementar, de imediato, ações de reparação, em caso de incumprimento de algum dos princípios aqui estabelecidos;
12. Compromete-se a disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento destes requisitos.

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO VI

[Modelo de declaração a que se refere a alínea m) do n.º 6 do programa do procedimento]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declaro que esta possui os seguintes documentos legalmente exigíveis, encontrando-se os mesmos válidos à data de contratação dos serviços:

Documentos Legalmente Exigíveis:

- a) Identificação civil do(s) trabalhador(es);
- b) Apólice de seguro de acidentes de trabalho, com o nome do (s) trabalhador (es) segurado(s) e último recibo pago (Entrega Obrigatória);
- c) Apólice de seguro de responsabilidade civil que descreva as coberturas e respetivas aplicabilidades e último recibo pago (Entrega Obrigatória);
- d) Ficha (s) de aptidão do trabalho (FAT) atualizada (s) (Entrega Obrigatória);
- e) Registo de entrega de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, adequados às atividades a desempenhar;
- f) Registo de formação, caso haja necessidade de qualificação profissional adequada para trabalhos de riscos especial, ou de natureza específica;
- g) Identificação de perigos e avaliação de riscos sobre as tarefas desempenhadas pelo(s) trabalhador(es);
- h) Formação aos colaboradores sobre os perigos e riscos associadas às suas tarefas;
- i) Listagem e verificações de acordo com DL n.º 50/2005 atualizadas das máquinas necessárias para a execução do trabalho;
- j) Preenchimento obrigatório do impresso “Gestão de Entradas”, a enviar com 24h horas úteis para verificação pelo serviço de segurança da **Águas de Santo André, S.A.**, disponível no website da Empresa, <http://www.adsa.pt/contents/documents/g2sim01109.pdf>.

Comprometendo-me a:

- 1. Fazer prova dos documentos acima mencionados em qualquer momento do contrato em vigor, caso a **Águas de Santo André, S.A.** o exija;
- 2. Responsabilizar-me por quaisquer danos causados, direta ou indiretamente, aos utilizadores do espaço ou às instalações da **Águas de Santo André, S.A.** ou ainda aos espaços onde decorram as atividades;
- 3. Cumprir e fazer com que, todas as pessoas sob minha responsabilidade envolvidas na prestação de serviço a fornecer, cumpram, todas as orientações que lhe(s) for(em) transmitidas no âmbito do serviço contratado, assim como assegurar que os mesmos têm conhecimento dos riscos presentes nas instalações da **Águas de Santo André, S.A.**, forme Folhetos de Segurança anexos.

Declaro que tive conhecimento dos Requisitos de Segurança constantes dos Requisitos de SSE, pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos:

Cumprir os procedimentos constantes no referido documento, bem como divulgá-los por todos os colaboradores da empresa e demais entidades a atuar em sua representação;

- Disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

Local e data,

(assinaturas)

Anexar: documento indicando o poder de representação, quando aplicável